A (DES)(RE)TERRITORIALIZAÇÃO DOS AGROCOMBUSTÍVEIS E DO CAMPESINATO EM CAPELA-SE.

Raul Marques Neto[1]
Adelli Carla Silva Nascimento[2]

A questão agrária brasileira vem passando por transformações neste início de século XXI com a introdução de políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis. Diante disto nos propomos a estudar os impactos socioterritoriais destas políticas públicas no município de Capela, lócus da economia açucareira da zona Cotinguiba, analisando a (des)(re)territorialização do campesinato e as estratégias do agronegócio em controlar o desenvolvimento do território camponês no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária José Emídio dos Santos. Nossos objetivos nesta pesquisa foram: identificar as transformações recentes na questão agrária sergipana, provocadas pelo Plano Nacional de Agroenergia (2006 – 2011); Analisar o processo de (des)(re)territorialização do campesinato e do agronegócio sucroalcooleiro. Debater os conceitos de agrocombustíveis, segurança alimentar, biocombustíveis, soberania alimentar. Para atingirmos tais objetivos fizemos levantamento bibliográfico, com suas respectivas leituras, releituras, desconstruções, resumos, fichamentos, resenhas e colóquios. Fizemos pesquisa de campo no assentamento José Emídio dos Santos para obtermos as respectivas análises através de entrevistas semi-estruturadas. Este artigo fecha um ciclo de estudos sobre o panorama dos agrocombustíveis em Sergipe e abre diversos caminhos para novas análises.

Palavras chaves: Desenvolvimento Socioterritorial; Agrocombustíveis; Soberania Alimentar3

INTRODUÇÃO

Neste início de século XXI, a questão agrária brasileira vem atravessando transformações profundas decorrentes da implantação de um conjunto de políticas públicas destinadas ao incentivo de cultivos agrícolas destinados à produção de agrocombustíveis. Em Sergipe, esta realidade é expressiva na zona da Cotinguiba historicamente desenvolvendo a atividade canavieira a priori na fabricação do açúcar, posteriormente bebida alcoólica (aguardente/cachaça) e hoje, também o álcool anidro e o hidratado (etanol). Com menos expressividade temos pequenos agricultores tradicionais e camponeses de reforma agrária que iniciaram o cultivo do girassol integrados com a

[1] Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Graduado em geografia e especialista em didática e metodologia do ensino superior. E-mail: raulgeo1@yahoo.com.br
[2] Adelli Carla Silva Nascimento – Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Graduada em geografia, especialista em didática e metodologia do ensino superior e mestranda em geografia agrária. E-mail: adelli_csn@hotmail.com

[3] Eixo 5

Petrobrás Biodiesel. Como exemplo, há o Projeto de Assentamento de Reforma agrária Jacaré Curituba em Poço Redondo-SE, que planta o girassol, uma das matérias primas na produção do caracterizado pelo Estado brasileiro como biodiesel, que hoje o chamamos de agrodiesel, assim como também é chamado por Carvalho (2009), Tagnin e Mattes (2008), vendendo suas sementes para a Petrobras.

Tomamos como referência o município de Capela, *lócus* da economia açucareira há décadas, sob a influência de políticas públicas como o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011) e o Plano Estadual de Desenvolvimento Industrial (PSDI) e, dentro deste município, nosso estudo de caso o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária José Emídio dos Santos.

Ocorre nos últimos anos a reestruturação do setor açucareiro tradicional e a fixação de novos grupos capitalistas, nos municípios circunvizinhos, que agora produzem cana-de-açúcar para a produção de etanol e demandam de forma crescente o fornecimento desta matéria-prima para o processamento. Ao mesmo tempo em que se verifica a territorialização do agronegócio, mediante a incorporação de novas terras, se dá o início do processo de monopolização de territórios camponeses que se integram à agroindústria como fornecedores desta matéria-prima. Nesse sentido, realizamos uma análise do processo de (des)(re)territorialização dos camponeses do P/A José Emídio.

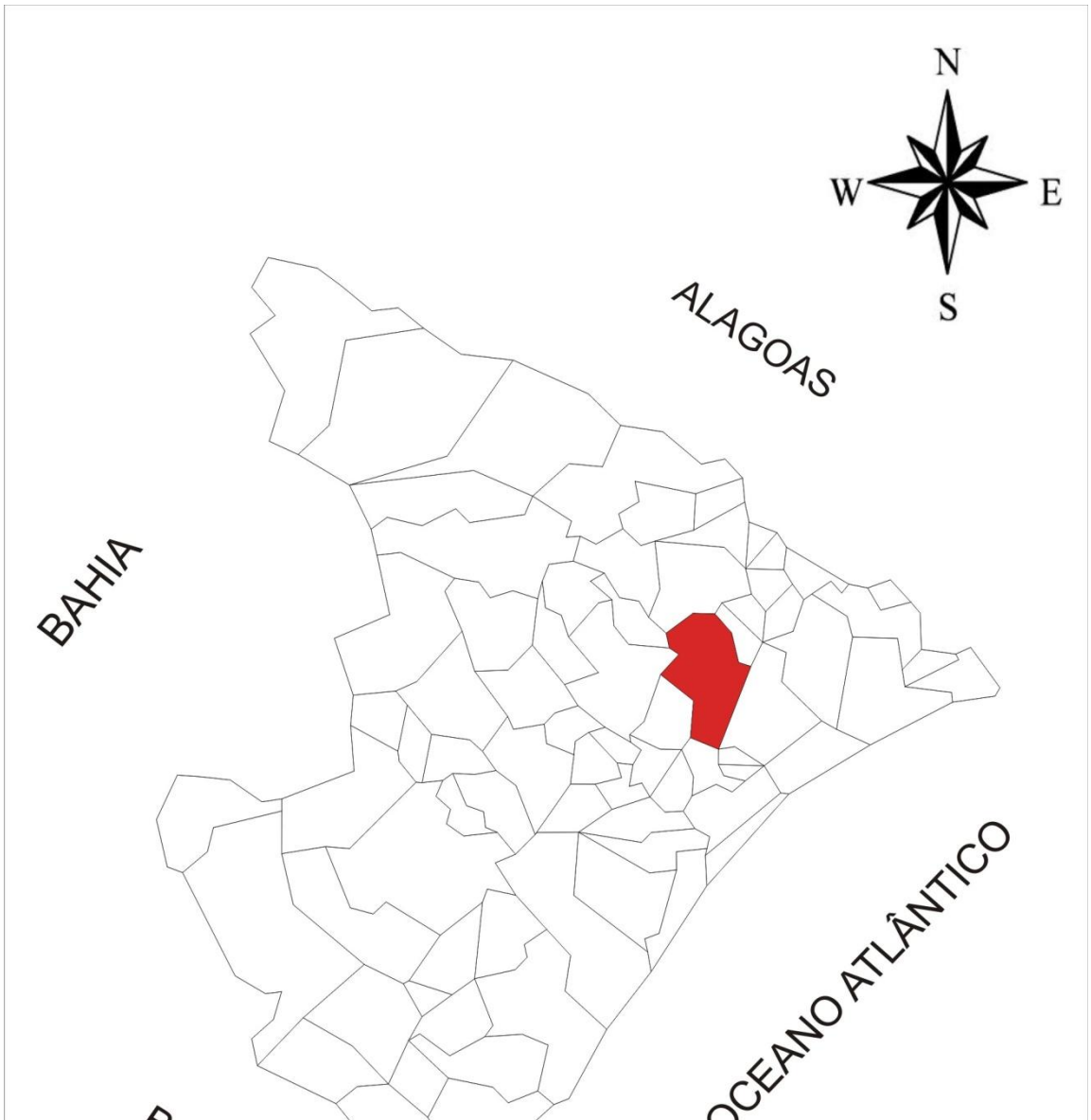
Antecedeu a construção deste projeto, 10 anos de luta política realizada por 800 famílias que visava a desapropriação da então, falida, Usina Santa Clara. Com a conquista do latifúndio no ano de 2005, foram assentadas 280 famílias que passaram a se desafiar para dar respostas à sociedade mediante o desenvolvimento da produção de alimentos que proporcione a soberania alimentar no assentamento e no mercado local. No entanto, parte das famílias vem se subordinando ao capital sucroalcooleiro ao produzirem cana-de-açúcar para a produção de etanol, iniciando um processo caracterizado por Oliveira (1991) como monopolização do território camponês pelo capital monopolista.

Neste contexto, buscamos compreender a conflitualidade territorial estabelecida entre o agronegócio e o campesinato, beneficiário da reforma agrária, com foco na identificação das formas adotadas pelo primeiro para determinar e controlar os sistemas produtivos no referido assentamento de reforma agrária, bem como identificar as estratégias de resistência (suas potencialidades e dilemas) em construção pelos assentados para criação de modelos de desenvolvimento territorial que possibilitem a inserção no circuito de produção de biocombustíveis, em sua articulação com a produção alimentar com vistas à construção da autonomia camponesa.

Nesta perspectiva, confrontamos os conceitos de agrocombustíveis – segurança alimentar e biocombustíveis – soberania alimentar e as formas de ação dos sujeitos envolvidos. Partimos da hipótese que os incentivos recentes ao desenvolvimento e expansão dos agrocombustíveis freia o avanço da reforma agrária e o desenvolvimento dos assentamentos impondo novos desafios aos movimentos socioterritoriais.

Assentamento José Emídio dos Santos: Contexto histórico e formação territorial.

Nossa escala de análise é o município de Capela localizada no estado de Sergipe no Brasil, município da microrregião da Cotinguiba, sua sede fica a 67 km da capital Aracaju (figura 01).



Dentro do território capelense está nosso objeto de estudo, o Projeto de Assentamento de Reforma Agrária José Emídio dos Santos, que tem sua formação construída a partir do processo de desterritorialização da antiga Usina Santa Clara, localizada no município, lócus da hegemonia açucareira sergipana há décadas. O processo de desterritorialização inicia-se com a paralisação das suas atividades produtivas em março de 1991 e continua com a realização das primeiras vistorias por parte do INCRA, atestando a improdutividade da área e a viabilidade agrícola para assentamento de 220 famílias de trabalhadores rurais. Diante disto, os trabalhadores, ex – funcionários daquela empresa, trabalhadores rurais sem-terra, pequenos parceiros e os trabalhadores urbanos domésticos ou do setor informal de Capela e municípios circunvizinhos, mediante mobilização realizada pelo MST e o líder religioso católico do município de Japaratuba-SE[4], passam a refletir sobre suas condições de miséria e subordinação, culminando numa decisão coletiva de ocupação das terras da referida usina, em 28 de novembro de 1995. Instalado o conflito, o latifundiário por meio de seus jagunços, utiliza-se da violência explícita para reprimir os trabalhadores, culminando no assassinato de um destes. E da violência branca ao judiciarizar a questão agrária. Em junho de 1996, a fazenda é desapropriada por decreto federal, mas o Incra não é imitido na posse do imóvel em função dos processos judiciários (RAMOS FILHO, 2002).

O conflito territorial transpassa as lutas no campo e ganha os tribunais intensificando a penosa luta e impetrando uma morosidade judicial, só depois de nove anos de embates na justiça foi imitida a posse da terra, com isso a estruturação do assentamento através do Incra que recebe o nome de José Emídio dos Santos em homenagem ao colega de luta assassinado durante o conflito pela posse da terra.

[4] Gerard Lothaire Juls Olivier (Padre Geraldo), pároco de Japaratuba na época do ocorrido.

O espaço e o tempo são as propriedades inalienáveis, indissolúveis e indissociáveis, que todo ser, coisa ou fenômeno têm e possuem. O território é uma construção histórica. É a sociedade que constroi o território ou parte dele. Para Oliveira (2009), usando as concepções de Raffestin, entende que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc) onde o Estado desempenha a função de regulação.

> O território é assim, produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista que está assentada em três classes sociais fundamentais: proletariado, burguesia e proprietários de terra. Dessa forma, são as relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas, a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. O processo de construção do território é, pois, simultaneamente, construção / destruição / manutenção / transformação. É em síntese a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve. Logo, a construção do território é contraditoriamente o desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado, o que quer dizer: valorização, produção e reprodução (OLIVEIRA, 2009).

Entendendo o P/A José Emídio como território conquistado político e judicialmente, vislumbrando a vitória na batalha de camponeses contra oligarquias formadas há séculos e a hegemonia açucareira, entendendo também que o território é mutável e passível de transformações, percebemos as relações de poder que foram e estão sendo impressas neste território, à medida que vão ocorrendo os conflitos. Compreendemos que as políticas públicas no campo nacional e estadual de incentivos recentes ao desenvolvimento e expansão dos agrocombustíveis acentuam estes conflitos freia o avanço da reforma agrária e o desenvolvimento dos assentamentos, estabelecendo obstáculos que devem ser ultrapassados pelos movimentos socioterritoriais.

Biocombustíveis, agrocombustíveis, soberania alimentar e segurança alimentar: um debate teórico-conceitual

Estamos vivenciando uma virada histórica neste século com a crise climática e num futuro bem próximo a possibilidade do fim do petróleo, se mantidos os níveis de consumo atuais e as mesmas jazidas exploradas. Os agrocombustíveis são alardeados como solução para os problemas energéticos que surgirão. Mas devemos nos atentar aos riscos

que essa mudança de paradigma pode trazer à sociedade. Nosso primeiro passo é analisar e discutir os conceitos de biocombustíveis, agrocombustíveis, soberania alimentar e segurança alimentar fazendo um comparativo entre os conceitos empregados pelo governo brasileiro e a dos movimentos sociais e acadêmicos. A noção biocombustíveis é usada erroneamente, uma vez que esta provém de vida, um conceito mais amplo que nos remete a pensar na geração da vida a partir da mesma, manutenção desta e não destruição.

O Brasil, em uma de suas políticas públicas, o Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011), projeta nos agrocombustíveis, ou agroenergia, como realmente deve ser chamada, a possibilidade de inclusão social, geração de emprego e renda, sustentabilidade ambiental, dentre outros. Na prática não é isso que ocorre verdadeiramente, o que observamos é a expropriação dos pequenos produtores, que não conseguem competir com grandes empresas que controlam os preços, produção, distribuição e circulação. Quando ele opta por plantar a monocultura da cana não é ela que vai para sua mesa. Precisa vendê-la para comprar alimentos, quando isso não ocorre, ou vende por um preço muito mais baixo, inferior ao dos alimentos que necessita para sua sobrevivência, pode até passar fome. Assim são obrigados a buscarem trabalhos alternativos, seja no campo ou na cidade, engrossando cada vez mais a massa de desempregados e muitas vezes acumulados em dívidas vende sua única fonte de sustento a terra.

As destilarias de álcool ditam que sementes devem ser usadas, o quanto deve ser produzido, tendo muita oferta da matéria prima preços mais baixos, pouca oferta, preços mais altos, algumas vezes fornecem o transporte da cana-de-açúcar da propriedade dos produtores até as usinas, quando não, surgem os atravessadores que absorvem parte do lucro e oneram os custos de produção ainda mais, isso tudo é claro sem contar com o tratamento do solo e o uso de produtos para o controle de pragas. O pequeno produtor é apenas uma parte da cadeia produtiva e lhe cabe, apenas produzir a matéria prima, um trabalho árduo, penoso e de rentabilidade irrisória, comparada com as usinas detentora do produto final e de valor agregado, que lucram com a distribuição/venda e fazem o produto circular.

Há a devastação de grandes áreas florestadas com o avanço dos monocultivos, que disputam espaço com a produção de alimentos ocorrendo respectivamente a territorialização frente à desterritorialização. Grande parte da produção da cana-de-açúcar se utiliza, ainda, das queimadas, poluindo o ar, de agrotóxicos, poluindo o solo e os lençóis freáticos, utilizam-se das terras mais férteis e de água doce em abundância.

Segundo Carvalho (2009), tanto a oferta da matéria prima para a produção do etanol como para o agrodiesel (entre outras fontes renováveis de energia) foram objetos de propostas da sociedade civil de maneira que essa expansão de matérias primas propiciasse melhores condições de vida e de trabalho para milhões de camponeses em todo o mundo. No entanto, a ampliação contemporânea da oferta de cana-de-açúcar e de oleaginosas reproduziu um modo de produzir similar ao colonial. Sendo que na atualidade, sob o domínio das grandes empresas capitalistas, provocando um processo combinado de dependência crônica dos camponeses e de superexploração dos trabalhadores rurais assalariados pelas grandes empresas capitalistas nacionais e/ou transnacionais do agronegócio. Além da pressão que a monocultura da cana-de-açúcar no Brasil exerce sobre a produção de alimentos, as florestas, as terras agricultáveis, a água doce e os bens comuns.

Segundo Camila Moreno e Lúcia Schild Ortiz (2007) a expansão dos agrocombustíveis, em monoculturas de escala industrial destinadas ao abastecimento de um mercado global crescente de energia, tem sido justificada como estratégia de enfrentamento das mudanças climáticas, de substituição parcial do petróleo, que chega ao seu pico de produção mundial, e até mesmo de “desenvolvimento rural”. Entretanto, o modelo do agronegócio, além de petrodependente na sua forma de produção e logística de distribuição em escala planetária, está associado a impactos ambientais e sociais que, em última análise, inviabilizam a produção e distribuição descentralizada de alimentos e de energia, mais eficiente e mais saudável ao ser humano e ao ambiente. Assim mesmo, segue avançando sobre os territórios onde se dá a reprodução social das dinâmicas camponesas, especializando-os na produção monocultural, mecanizada, calcada no emprego de agrotóxicos e biotecnologia, que não se destina às necessidades locais e acaba por reduzir a diversidade biológica, social e cultural e, assim, as bases para o suprimento destas mesmas necessidades.

Ainda segundo Moreno e Ortiz (2007), este movimento global sobre o campo e a agricultura para atender a demanda internacional de energia, vem constituindo rapidamente uma ofensiva sobre as terras agriculturáveis tropicais, cujos impactos nos países da América Latina, e no Brasil em particular, indicam que a associação agronegócio e agrocombustíveis ameaça como uma “mistura explosiva”. A intensificação do modelo de agricultura industrial e dos transgênicos sobre a biodiversidade, afeta dramaticamente os territórios indígenas, as populações e os meios de vida tradicionais em todo o continente.

Nos países subdesenvolvidos “exportadores” os agrocombustíveis estão sendo promovidos sob a rubrica de “desenvolvimento rural” e como uma alternativa de incentivar o comércio e assim “reduzir a pobreza”, haja visto que as preocupações climáticas e uma visão ambiental passam apenas ao largo do que de fato está sendo proposto com a cooperação de agências internacionais tais como: FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura), UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e organismos multilaterais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Este, por exemplo, vem auxiliando os países da região na promoção da produção de agrocombustíveis, com financiamento de estudos de viabilidade econômica, planos de negócios, avaliações técnicas para embasar a formulação de propostas de políticas públicas, além de vultuosos financiamentos para as novas usinas privadas exportadoras de álcool e açúcar (MORENO E ORTIZ, 2007).

As políticas públicas direcionadas ao meio rural brasileiro, entre elas, o Plano Nacional de Agroenergia que vende a idéia falseada dos biocombustíveis, são um atentado a vida que porventura não pode ter o prefixo “bio” (vida), sendo mais sensato usar o “agro”, intrinsecamente mais ligado à realidade.

> A violência do modelo dos agronegócios se manifesta diariamente: na expulsão dos camponeses, na militarização do campo, na extrangerização de territórios, na apropriação dos recursos naturais, nos investimentos do Estado ao serviço das corporações com o crescimento das dívidas externas (em portos, hidrovias, estradas, vias de telecomunicação), na concentração de terras, na desertificação, na contaminação por agrotóxicos e por transgênicos, na destruição da biodiversidade, no êxodo rural e no crescimento dos cinturões de miséria ao redor dos centros urbanos, no desemprego generalizado e na precarização do trabalho, na fome e na desnutrição, nas doenças e mortes por causas evitáveis, na colonização de nossas culturas e na perda de nossos patrimônios alimentares, no domínio do supermercadismo sobre os mercados locais e no controle das transnacionais sobre os preços dos alimentos e o conteúdo da cesta básica. Todas estas conseqüências se originam em um processo que nasce nos modelos rurais e que, desde ai, se projeta e domina a sociedade urbana (FÓRUM DE RESISTÊNCIA AOS AGRONEGÓCIOS, 2009).

Os agrocombustíveis são uma ameaça à soberania alimentar, esta que se define segundo Madeley (2003), como o direito que cada país tem de determinar a produção, a distribuição e o consumo de alimentos de acordo com preferências e tradições culturais da população, determinando asssim outro modelo de sociedade. Rompendo desta forma com o conceito de segurança alimentar, no qual seria a possibilidade que uma população tem de se alimentar por dia, ou seja, a acessibilidade de alimentos de uma determinada população. Apresentando abrangência sobre determinado efetivo demográfico quatro

fatores: disponibilidade dos alimentos, acessibilidade aos alimentos, regularidade no abastecimento e aceitabilidade cultural.

Para a FAO (1996) existe segurança alimentar quando todas as pessoas têm em todo momento acesso físico e econômico a suficientes alimentos inócuos e nutritivos para satisfazer suas necessidades alimentícias e suas preferências enquanto aos alimentos a fim de levar uma vida ativa e saudável. Desta forma fica claro que não há uma preocupação de onde vêm esses alimentos, como eles são produzidos e por quem são produzidos, não importa se são transgênicos ou não, se usam agrotóxicos ou não. O importante é a disponibilidade, acessibilidade, regularidade e aceitação, porém, estas são ditadas pelo Estado em consonância com as elites do agronegócio e instituições nacionais e internacionais. Não é a população quem decide o que quer comer, plantar e como plantar, mas sim, o sistema.

A soberania alimentar é o direito dos países de decidir como produzir, consumir e proteger seus alimentos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA, 2008). Errado, esse conceito não pode ser concebido como soberania alimentar, pois não são os países representados como Estado Nações por um regime e governo político que determina o que produzir e como produzir, até mesmo porque, o Estado é gerido para atender os anseios de uma pequena parte da população, as elites. Cabe a ele a regulação do mercado, o verdadeiro ditador do que se deve ou não e o quanto deve ser produzido. No entanto esse direito cabe a toda população, para a Via Campesina soberania alimentar é o direito a alimentos nutritivos, saudáveis e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, o direito dos povos a decidir o próprio sistema de alimentação e produção.

O processo de mudança no Brasil e no mundo da matriz energética fóssil para a renovável nos desafia a pensar políticas, paradigmas, usos dos territórios e seus protagonistas. Por causa deste processo, aumentou a intensidade da expansão das áreas de culturas para produção dos agrocombustíveis. Este fenômeno constitui-se em um novo componente da questão agrária no mundo, que tem leituras distintas entre os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário, exigindo uma releitura dos modelos teóricos e de desenvolvimento territorial. A expansão da produção de agrocombustíveis está reordenando o uso dos territórios rurais, abrindo espaço para se questionar as formas de participação dos modos de produção capitalista e familiar no Brasil (FERNANDES e GONÇALVES, 2009).

Agrocombustíveis X Alimentos

Com as políticas públicas de incentivo aos agrocombustíveis, entre elas o Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011, e o Plano Estadual de Desenvolvimento Industrial (PSDI), está ocorrendo a reestruturação do setor sucroalcooleiro (Junco Novo e Usina Termoelétrica Iolando Leite em Capela-SE, Usina Pinheiro em Laranjeiras-SE) e a fixação de novos grupos capitalistas, nos municípios circunvizinhos (Usina Gentil Barbosa em Nossa Senhora das Dores-SE, Seragro em Japoatã-SE e Taquari em Capela-SE), que cultivam cana-de-açúcar para a produção de etanol e demandam de forma crescente o fornecimento desta matéria-prima para o processamento.

Em pesquisa de campo, analizando nosso objeto de estudo, entrevistamos em uma reunião um dos líderes políticos o Manoel Messias e alguns moradores do assentamento de reforma agrária José Emídio e, percebemos a subordinação de um grupo de famílias camponesas ao setor sucroalcooleiro, cultivando a cana-de-açúcar e vendendo às usinas. Segundo o líder 80% da área é de massapé, um solo argiloso que dificulta o cultivo de tubérculos como a mandioca, o inhame, a batata e os grãos como o feijão e o milho, porém o solo é altamente propício à plantação da cana. Messias informa que algumas famílias estão produzindo 150 toneladas por hectare sem tratos culturais. Toda produção era vendida para a Usina Junco Novo localizada no município de Capela-SE, mas o usineiro pagava um valor muito baixo pela tonelada produzida e o usineiro da Iolando Leite também localizada no município não comprava a produção alegando que a área do assentamento pertencia a Junco Novo e ele não queria conflitos tomando seus respectivos fornecedores, diante disto passaram a vender para a Usina Pinheiro, que mesmo com o atravessador eles obtêm o dobro do lucro.

Segundo Manoel Messias a área estava muito degradada pelo cultivo anterior da cana, em decorrência do excesso de agrotóxicos usados. Todavia há um projeto do MDA, que prevê 20% dos recursos destinados ao assentamento para projetos ambientais. Existe também dentro do assentamento a Unidade de Conservação da Mata do Junco que ocupa 47%, sendo a área total do assentamento de 3173 hectares. Já foi implementado no P/A José Emídio. a construção das casas, energia e água encanada. Os projetos para o futuro são: construção de uma clínica/posto de saúde e uma escola, cujas áreas já estão demarcadas.

Camponeses que lutaram contra a hegemonia açucareira ocupando desde 1995 terras da antiga usina Santa Clara, transpassando a luta no campo para os tribunais e adquirindo em vias de fato a posse da terra só em 2005, agora está diante do início do

processo de monopolização do seu território pelo capital monopolista. Porém o que observamos não é um processo de desterritorialização do campesinato, pelo contrário, há uma territorialização à medida em que se subordinam e se inserem no sistema para não serem sucumbidos por ele, construindo mais uma forma de resistência camponesa e de se manter em seu território. Manoel Messias nos conta que os assentados pretendem controlar o processo produtivo tendo uma micro-usina de etanol, açúcar mascavo e melaço. Se isso ocorrer é preciso consorciar a produção de cana-de-açúcar com a de alimentos, daí os moradores do assentamento teriam não só uma soberania alimentar, como também uma soberania energética.

Ainda como forma de resistência, percebemos que existe a produção de mandioca, macaxeira, de batata, de milho, de inhame, feijão, fava, árvores frutíferas, criação de peixe com projeto de ampliação, projeto de criação de vaca leiteira, de frango, projeto de plantação de verduras para atender um projeto da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) que visa introduzir na merenda escolar alimentos fornecidos pela agricultura familiar local e projeto de extrativismo mineral da canalita pela Vale, porém, há diversos lotes só com a plantação de cana. Desta forma é necessário frear a reterritorialização do capital sucroalcooleiro, a territorialização da cana-de-açúcar e a desterritorialização dos alimentos no assentamento. Pois estes causam impactos socioterritoriais afetando diretamente a soberania alimentar já que segundo o censo agropecuário de 2006 comprova que quase 80% da produção de alimentos provêm da agricultura familiar.

(Quadro 01) **Capela-SE – produção vegetal quantidade produzida de 2003-2009**

Variável = Produção vegetal (Toneladas)

Tipo de produção vegetal	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Feijão em grão	159	162	120	75	92	80	66
Mandioca	9.100	10.400	9.750	10.400	9.750	5.850	4.550
Milho em grão	1.260	1.300	1.000	1.000	960	840	720
Cana-de-açúcar	165.000	182.000	208.000	270.400	419.900	504.400	770.900

Elaboração: Raul Marques Neto
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

Observando o quadro da produção vegetal de Capela é inquestionável a diminuição da produção dos alimentos e a exponencial subida da cana-de-açúcar Justamente após a implementação do Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011 e o PSDI no estado, onde a atividade canavieira recebe grandes injeções de incentivos fiscais e benefícios junto ao setor financeiro, incorporando mais terras aumentando sua concentração (quadro 02), arrendando outras e subordinando lavradores familiares que

permitem segundo Oliveira (1991), o início da monopolização do território camponês pelo capital monopolista. Tornando-se cada vez mais refém do mercado, deixando de produzir alimentos ou a policultura para produzir o monocultivo da cana, uma cultura pouco mecanizada, principalmente em Capela e em toda a região da Cotinguiba, utilizando-se ainda das queimadas para posteriormente fazer o corte, poluindo assim o precioso ar que respiramos, uso de grandes quantidades de agrotóxicos poluindo desta forma o solo e os recursos hidrológicos, uso da força humana para o corte, pagamento exíguo e por produção aos trabalhadores, tornando um trabalho exaustivo e maléfico a saúde, havendo, portanto, uma precarização deste trabalho.

(Quadro 02) Capela-SE – produção vegetal área plantada de 2003-2009							
Variável = área plantada (hectares)							
Tipo de produção vegetal	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Feijão em grão	310	320	320	320	220	190	160
Cana-de-açúcar	2.500	2.800	3.200	7.360	6.460	7.760	11.860

Elaboração: Raul Marques Neto
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi elaborado nesta pesquisa, possamos refletir sobre a problemática em tela, entender as ideologias falseadas das políticas públicas e adquirir a consciência que os agrocombustíveis são uma ameaça à soberania alimentar. Dando desta forma o primeiro passo para adquirirmos o direito dos povos a alimentos nutritivos, saudáveis e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, o direito dos povos a decidir o próprio sistema de alimentação e produção.

A busca por energias renováveis que poluam menos e que causem menos impactos ambientais se torna necessária com o possível fim dos combustíveis fósseis num futuro próximo, mas se torna ainda mais necessária a utilização dessas novas energias de forma sustentável, ecologicamente correta, proporcionando a diminuição das desigualdades sociais e, sobretudo, a soberania energética concomitantemente com a soberania alimentar. Que esse trabalho sirva de elucidação e conscientização para os camponeses, mais uma fonte de resistência do campesinato e da luta pela terra. Que seja um manancial de discussões e debates acadêmicos, onde muitos possam apoderar-se e fazer usufruto. Por fim torne-se uma estupenda e valorosa contribuição à sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Secretaria de Produção e Agroenergia. **Plano Nacional de Agroenergia (2006-2011).** 2. ed. rev. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

BRASIL. Ministerio do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Cassel: "REAF é a melhor possibilidade do Mercosul avançar".** Notícia portal MDA 25/11/2008. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/19656> Acesso em: 5 out. 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no Século XXI: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.

_____. **Inovações tecnológicas na produção de agrocombustíveis: base do império das fontes de energia renovável**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária, Presidente Prudente, Artigo setembro, 2009. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 5 out. 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA E REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS (Org.). **Agroenergia: Mitos e impactos na América Latina**. Recife: Comissão Pastoral da Terra, Grito dos Excluídos Continental, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, SPM - Serviço Pastoral dos Migrantes, 2007. Disponível em: <http://www.landaction.org/spip/IMG/pdf/Cartilha_Agroenergia.pdf> . Acesso em: 5 out. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano e GONÇALVES, Elienai Constantino. **Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial**. Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2009. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>. Acesso em: 5 out. 2009.

FÓRUM DE RESISTÊNCIA AOS AGRONEGÓCIOS. Buenos Aires, 2006. Disponível em: <http://www.moviments.net/resistalosagronegocios/docs/Sintese_forum_portugues.pdf>. Acesso em: 5 out. 2009.

INSTITTUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário série histórica (1920/2006) e Produção por município**, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 10 maio 2010.

MADELEY, John; tradução de Rosenbusch, Ricardo A. **O comércio da fome**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORENO, Camila e ORTIZ, Lúcia Schild. In: LEAL, Marcelo (org.). **Construindo a soberania energética e alimentar: experiências autônomas de produção de combustíveis renováveis na agricultura familiar e de enfrentamento do agronegócio da energia**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2007. Disponível em: <http://www.cooperbio.com.br/artigos/MPA2.pdf>. Acesso em: 5 out. 2009.

MARQUES NETO, Raul e SANTOS, Núbia Dias dos. **A mamona no contexto das políticas públicas de desenvolvimento agrário e na questão ambiental no Brasil.** In: Encontro Nacional de Geógrafos, 15., 2008, São Paulo. Anais... São Paulo: Associação de Geógrafos do Brasil, 2008.

_____. et al. **Biocombustíveis no Brasil: O jogo ideológico da energia limpa e seus desdobramentos na relação mercado, sociedade e natureza.** In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12., 2009, Montevidéu. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Os agrocombustíveis e a produção de alimentos.** In: Encuentro de Geógrafos de América Latina, 12., 2009, Montevidéu. 1 CD-ROM.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E A ALIMENTAÇÃO (FAO). **Plan de acción de la cumbre mundial sobre la alimentación**. In: Cumbre mundial sobre la alimentación, 1., 1996, Roma. Anais... Roma: FAO, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613s/w3613s00.htm> . Acesso em: 5 out. 2009.

ORGANIZAÇÕES, MOVIMENTOS E PASTORAIS SOCIAIS. **Por uma soberania alimentar e energética: posição das organizações, movimentos e pastorais sociais sobre a agroenergia no Brasil**. In: Conferencia Nacional Popular sobre Agroenergia, 1., 2007, Curitiba. Disponível em: <http://www.cooperbio.com.br/artigos/OTRO4.pdf>. Acesso em: 5 out. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **"Pra não fazer do cidadão pacato um cidadão revoltado": MST e novas territorialidades na Usina Santa Clara.** 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

TAGNIN, Renato e MATTES, Delmar. **Conversão dos biomas remanescentes em agrocombustíveis e alimentos: queimar ou comer?.** INTERFACEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, São Paulo, v.3, n.2, Artigo 6, abril/agosto, 2008. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/141_pdf.pdf>. Acesso em: 07/01/2010.